



A APRENDIZAGEM DE LIBRAS COMO L2 NO ENSINO SUPERIOR

NAHLA YATIM
JANAÍ DE ABREU PEREIRA

RESUMO: Neste artigo, a partir dos aparatos legais que instituem a Língua Brasileira de Sinais como disciplina, obrigatória em alguns cursos de ensino superior e optativa nos demais. Buscamos fazer uma análise do aluno ouvinte no aprendizado da língua de sinais ministrados por professores surdos, buscando avaliar avanços e as principais dificuldades nessa situação. Para isso, realizou – se uma revisão bibliográfica sobre o tema em questão, utilizando – se de fontes primárias e, por fim, a pesquisa de campo com a aplicação de questionários semi – estruturados para cinco professores surdos e cinco alunos ouvintes, com o intuito de dar voz aos dois lados. A partir desses materiais pudemos observar que a legislação avançou, mas ainda há muito o que aprimorar no espaço educativo. A formação de professores, a necessidade de repensar a carga horária, a produção de materiais específicos para o ensino de Libras como segunda língua para ouvintes são alguns dos pontos apresentados.

Palavras- chaves: Ensino Superior; Língua Brasileira de Sinais como segunda língua; Metodologia de ensino;

ABSTRACT: In this article, based on legal framework that establishes the Brazilian Language of Signs as discipline, mandatory at some graduate level courses and optional at other, we aim to analyze the listener student on the sign language learning process taught by deaf professors, evaluating advances and the main difficulties at this situation. On this behalf, we have realized a bibliographic review about the thematic, using primary sources, and, eventually, a field research based on semi-structured surveys applied to five deaf professors and five listener students, in order to provide voice to both sides. We could observe from these materials that legislation has advanced, albeit there is much to develop at the educational space. The professor's education, the necessity to rethink the timetable, the production of specific materials to LIBRAS tuition as second language to listeners are some of the points presented.

Key words: Higher Education; Brazilian Sign Language as second language; teaching methodology

A APRENDIZAGEM DE LIBRAS COMO L2 NO ENSINO SUPERIOR

NAHLA YATIM
JANAÍ DE ABREU PEREIRA



INTRODUÇÃO

“Se você conversa com um homem em uma língua que ele entende, alcança sua mente. Se você conversa com ele em sua língua, alcança seu coração” (MANDELA apud GESSER, 2012, p.8)

Dentre as primeiras iniciativas educacionais apontadas no ensino de Língua de Sinais por Strobell (2008) podemos destacar historicamente as iniciativas do Abade L'Epée, que foi o primeiro a fundar uma escola pública para surdos, o Instituto para Jovens Surdos e Mudos de Paris, em 1755 em Paris (STROBELL, 2008, s/n). Em seu convívio com surdos o abade constatou que os gestos utilizados por estes cumpriam o mesmo papel que as línguas orais exerciam para os ouvintes. L'Epée defendia que o papel a ser cumprido pelas línguas de sinais seria o de mediar a escrita e a leitura das pessoas surdas – o mesmo era concebido para os ouvintes naquela época¹ (SILVA, 2006, p. 23). No entanto, a história reverteu esses primeiros avanços com o Congresso de Milão, realizado em 1880. Este congresso determinou a exclusão do ensino das línguas de sinais em espaços educativos oficiais e na sociedade, a favor do uso do método oral puro (STROBEL, 2008, s/n).

No entanto, pouco mais de um século após este ocorrido, modificações e avanços ocorreram no que tange ao reconhecimento da língua de sinais.

¹Cabe ressaltar que o Abade L'Epée não pode ser considerado o pioneiro no pensar sobre os surdos. É possível encontrar relatos anteriores tais como o que se refere ao estudo realizado por GirolamoCardano (1501-1576) que derrubou a ideia de que os surdos não tinham capacidade para o aprendizado. Segundo seu estudo, os surdos não possuíam qualquer obstáculo em raciocinar e, portanto, adquirir conhecimento (SILVA, 2006, p. 17).



Especificamente no Brasil, – a Lei 10.436/02 e o Decreto 5.626/05, irão reconhecer e regulamentar a Língua de Sinais.

O Decreto 5.626/05 regulamentou a lei de 2002, tornando obrigatório a inserção da Libras (Língua Brasileira de Sinais) enquanto disciplina obrigatória nos cursos de licenciatura, magistério superior e fonoaudiologia e optativa nos demais cursos superiores, nas instituições públicas e privadas do ensino superior (BRASIL, 2005).

Nesse sentido, com a exigência da lei, a disciplina foi inserida nas IES (Instituições de Ensino Superior) em que dois mundos começaram a dialogar: o mundo surdo e o mundo ouvinte. Duas línguas de diferentes modalidades passaram a conviver num mesmo espaço: línguas orais-auditivas e línguas espaço-visuais. Essas diferenças são inevitáveis e a todo o momento vem à tona no processo de construção do ensino-aprendizado. Em virtude destas questões, nosso questionamento consiste em elencar as principais dificuldades dos alunos ouvintes em aprender Libras como L2.

Tal problemática é fundamental, pois o ensino da Libras vai muito além do aprendizado de uma língua, é uma maneira de conhecer e reconhecer o mundo surdo, além de identificar possíveis dificuldades com o intuito de buscar ferramentas para minimizá-las.

1. Um breve panorama histórico

Um dos primeiros pesquisadores acerca da língua de sinais foi William C. Stokoe. Em 1960, este pesquisador, nos Estados Unidos dedicou-se a pesquisar a Língua de Sinais Americana (ASL). Em seus estudos, Stokoe identificou o status de língua autônoma das línguas de sinais em relação às línguas orais, isto é, as línguas de sinais eram línguas naturais. Dessa forma,



línguas orais e de sinais não poderiam ser comparadas ou colocadas em uma hierarquia, mas sim tratadas com o mesmo status. Seus estudos apontaram a estrutura própria, sua autonomia linguística e elementos de identidade e cultura. Identificou sua estrutura visual e espacial, bem como seu processo de aquisição diferenciado (KARNOPP; QUADROS, 2004, p. 29).

Ao considerar esta pesquisa e outros avanços na educação de surdos e a questão das línguas de sinais surgiu, após muitos anos de reivindicações, foi possível capacitar Instrutores Surdos para ministrar e produzir materiais didáticos no ensino da Libras. Desde 1992, a equipe do Feneis (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos) vem pesquisando o ensino da Libras e suas metodologias de ensino. A partir de 1993, essa pesquisa estava em seu auge, assim o MEC e a secretaria de educação especial aprovaram os projetos financiados pelo FNDE. Durante estes anos, muitos Surdos instrutores de Libras começaram a se interessar em pesquisar a Libras. Em 1997, a 1ª. Edição dos Livros “Libras em Contexto” foi publicada, e financiada pelo MEC/SEESP/FNDE, sendo utilizado pelos integrantes do primeiro grupo do curso de Capacitação de Instrutores, em 2001, o trabalho da Feneis foi transformado, pelo MEC/SEESP/FNDE, no Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos, quando o MEC/FNDE fez a 2ª. Edição dos livros/fitas “Libras em Contexto” e distribuiu para as Secretarias de Educação que, em parceria com a Feneis, realizaram cursos de capacitação para Instrutores e cursos de Libras para professores.

A Declaração de Salamanca (1994) aborda a questão dos direitos educacionais e linguísticos, em especial a questão das escolas regulares inclusivas. Sobre a educação de surdos a Declaração afirma que:

As políticas educativas devem ter em conta as diferenças individuais e as situações distintas. A importância da linguagem

A APRENDIZAGEM DE LIBRAS COMO L2 NO ENSINO SUPERIOR

NAHLA YATIM
JANAÍ DE ABREU PEREIRA

gestual como o meio de comunicação entre os surdos, por exemplo, deverá ser reconhecida, e garantir-se-á que os surdos tenham acesso à educação na linguagem gestual do seu país. Devido às necessidades particulares dos surdos e dos surdos/cegos, é possível que a sua educação possa ser ministrada de forma mais adequada em escolas especiais ou em unidades ou classes especiais nas escolas regulares. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.18)

Os métodos utilizados neste trabalho consistem na revisão de literatura específica, além da realização de pesquisa de campo através de entrevistas sobre a temática da aprendizagem de Libras como L2 no ensino superior. Tais entrevistas foram realizadas com cinco professores surdos e cinco alunos ouvintes, sobre o cotidiano na sala de aula de professores surdos e alunos ouvintes.

2. O choque de dois mundos: a Libras como disciplina no ensino superior

A Lei 10.436/2002 estabelece com a regulamentação do decreto 5.626/2005 o ensino de Libras no ensino superior de forma obrigatória nos cursos de licenciatura e fonoaudiologia e, como optativa, nos demais cursos. Além disso, também constitui disciplina não obrigatória para alunos do ensino fundamental e médio (AGRELLA, 2012, p. 48). No entanto, será que há professores suficientes para isso? Será que a lei é obedecida? E indo além, para o aprendizado de uma língua visual-espacial, qual a carga horária adequada, considerando que há alunos ouvintes que desconhecem as implicações culturais e a estrutura gramatical desta língua? Essa problemática é fundamental para este trabalho, que busca avaliar o ambiente de aprendizado de alunos ouvintes mediados por professores surdos. Esses questionamentos e também alguns outros foram relatados por Agrella:

A APRENDIZAGEM DE LIBRAS COMO L2 NO ENSINO SUPERIOR

NAHLA YATIM
JANAÍ DE ABREU PEREIRA

[...] de que maneira a transmissão de conhecimentos em língua de sinais por um professor surdo influencia o olhar de criança ouvinte em relação ao sujeito surdo? De que maneira a transmissão de conhecimentos em língua de sinais por um professor surdo influencia o olhar de adulto ouvinte em relação ao sujeito surdo? [...] Ou ainda, como se configura o ensino – aprendizagem de Libras no Ensino Fundamental e no Nível superior? Com é o currículo e de forma o aluno ouvinte se aproxima ou se distancia do professor durante a aula? (AGRELLA, 2012, p. 48).

Sobre os aparatos legais que dão o suporte para o reconhecimento da língua de sinais, Costa (2010, p. 40-41) nos mostra que historicamente são esses aparatos que contribuíram para a caminhada e a valorização da língua de sinais como língua dos surdos. Nesse sentido, a Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000 é o primeiro documento legal que menciona o sujeito surdo e a Libras como o meio de comunicação oficial deste grupo minoritário linguístico. No entanto, somente com a Lei 10.436 de 2002 é que a Libras passa a ser reconhecida como a língua oficial dos surdos (COSTA, 2010, p. 44).

Mediante estas conquistas legislativas, e avaliando o ensino de Libras nas Instituições de Ensino Superior, alguns questionamentos emergiram, tais como: quais os conteúdos ensinados nas universidades sobre a Libras? Apenas um semestre é suficiente para conhecer uma língua – levando em consideração outra modalidade, a visual-espacial – e toda a cultura que envolve a língua dos sujeitos surdos? Apesar da institucionalização da língua através das leis, há muitas limitações, dentre elas: “[...] somente o ‘básico’ da língua é ensinado aos alunos ouvintes” (AGRELLA, 2012, p. 49).

Entendendo a complexidade linguística, a legislação define:

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o **sistema linguístico**



de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002, s/n, grifos nossos).

Dessa forma, a língua de sinais, em muitos casos, é um novo mundo para os alunos ouvintes dentro do espaço da universidade. Trata-se de uma nova língua, em outra modalidade, com um sistema gramatical próprio. Além das questões linguísticas já especificadas, os alunos ouvintes constituem um grupo heterogêneo em distintos aspectos – idade, formação, gênero, interesses, etc. – fatores que aliados a diferentes níveis de conhecimento da língua de sinais dificulta a atuação dos professores das línguas de sinais (GESSER, 2012, p. 45).

É preciso refletir sobre o contexto do aprendizado: alunos ouvintes – com professores surdos – duas línguas “de modalidades diferentes” em contato. Isto porque a língua materna dos alunos ouvintes é a língua portuguesa (no caso do Brasil), e estão em contato com a língua materna dos surdos que é a Libras. Além de toda a dificuldade de aprender uma nova língua, é uma língua de sinais. Com um sistema gramatical próprio que para muitos ouvintes é difícil construir estruturas gramaticais que não estejam presas a língua portuguesa. Também se constata que: o Português e a Libras são línguas nacionais oficialmente, mas há dificuldade de aceitar a Libras como uma língua nacional (COSTA, 2010, p. 48).

Nesse sentido Gesser (2012, p. 69) afirma que para muitos alunos ouvintes: “seria mais fácil se a LIBRAS fosse uma versão sinalizada do português”. Nessa lógica há muito desconhecimento sobre as línguas de sinais, uma entrevistada por Gesser relata:



[...] Na época que eu busquei este curso, eu nem sabia que a LIBRAS era língua. Eu sempre pensei que fosse aquela coisa de fazer o alfabeto manual sabe? Igual uma língua portuguesa falada no ar... Depois entendi que são duas línguas diferentes, mas mesmo assim me pergunto se não seria mais fácil para todos se a LIBRAS fosse uma versão sinalizada do português, afinal estamos no Brasil, né? (GESSER, 2012, p. 69-70).

Além do desconhecimento linguístico, nos deparamos sobre os discursos do ouvinte sobre o surdo, de narrar o surdo a partir da hegemonia ouvinte. Segundo relatos apresentados por Gesser (2012) alguns de seus entrevistados comentam ver seus colegas sinalizando e ao mesmo tempo falando em português, o que gramaticalmente é incompatível, outros necessitam de mais exposições sobre a gramática da LIBRAS, pois intuem estar fazendo um “português sinalizado” (GESSER, 2012).

Verifica-se que existe por parte dos alunos a dificuldade de reconhecer a língua de sinais como a língua dos surdos e não como algo subordinado a língua portuguesa, pois essa imposição existe (CAMPOS-GARCIA, 2012). O papel da visão clínica na construção do ser surdo como um ser inferior, anormal em relação aos demais, ou seja, aos ouvintes, foi importante na construção dessa visão interferindo também na visão sobre a língua de sinais uma vez que: “[...]os documentos oficiais teceram uma ideia de desconexão entre pensamento linguagem e língua que utilizasse o corpo como meio, como canal de desdobramento de uma língua (CAMPOS-GARCIA, 2012, p. 45).

Todos os elementos apresentados aqui contribuem para o debate do ensinar-aprender da Libras, instituída na relação do professor surdo e alunos ouvintes.

3. Libras como L2 no Ensino Superior: visões de professores surdos e alunos ouvintes

A escolha de uma metodologia depende do foco, do objeto e dos questionamentos da pesquisa (Minayo, 1992), desta forma para atender às demandas e complexidades do objeto de estudo, optou-se por uma metodologia qualitativa e análise de dados. A coleta de dados ocorreu mediante questionários semi-estruturados. Apresentaremos a análise dos questionários aplicados a cinco professores surdos de Libras e cinco alunos ouvintes no processo de aprendizado da disciplina de Língua de Sinais. O intuito do questionário foi compreender a partir de alguns pontos a prática de alunos e professores na sala de aula após a obrigatoriedade da Libras como disciplina curricular no ensino superior. Apresentaremos primeiro as respostas dos professores e depois a visão dos alunos. Algumas perguntas estavam direcionadas apenas aos alunos e outras apenas aos professores e outras eram para os dois grupos. Para facilitar a leitura chamaremos os professores em ordem numérica: professor 1, professor 2, e assim por diante.

Para começarmos a conversa um dos pontos abordados nos questionários trata da questão da carga horária da disciplina nos cursos do ensino superior. Os resultados apresentados demonstraram que a carga horária não ultrapassou 80h/aula no semestre. Não existe um consenso. Na UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) a carga horária varia de 60 a 80hrs/aula.

Os dados coletados pelo grupo dos docentes realizados através de questionário preenchido em Português e enviado por e-mail relatam que ocorrem variações de carga horária: os cursos de Pedagogia e Artes Visuais a



carga horária é de 72hrs/aula, os demais cursos tinham 36hrs/aula na UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina). Na UFPR (Universidade Federal do Paraná) todos os cursos possuem carga horária de 60hrs/aula horas. Já na UFG (Universidade Federal de Goiás) a carga horária é de 40hrs/aula.

Os referentes dados coletados através de questionário preenchido em português e enviado por e-mail.

1. Formação profissional. (graduação, especialização, Prolibras)
2. Qual é a maior dificuldade, em sua opinião, para o aluno ouvinte aprender Libras? (professor)
3. Já teve contato com o surdo, anteriormente à universidade? Relate esta experiência. (aluno)
4. Você conhece a cultura surda? Cite exemplos. (aluno)
5. Qual a importância do ensino de Libras no ensino superior? (aluno e professor)
6. Qual sua primeira reação ao ver um professor surdo de Libras? (aluno)
7. Quais materiais didáticos são utilizados na aula de Libras? (aluno e professor)
8. Qual é a carga horária semestral da disciplina de Libras? (professor)
9. Você acha que depois da Lei de Libras (Lei nº 10.436/02 e do Decreto nº 5626 alguma coisa mudou na educação dos surdos? O quê? (aluno e professor)

Conforme as cargas horárias semestrais observadas, avalia-se que são cargas horárias reduzidas entendendo a complexidade da língua e a necessidade de juntar teoria e prática dentro do ensino da disciplina. Por isso, é muito importante que a disciplina de Libras, não esteja apenas presente nas

grades curriculares, mas que a carga horária seja compatível, já que os alunos que estão ali estudando e que serão futuros profissionais, provavelmente terão contato com surdos, e um semestre com as horas/aula atuais não são suficientes.

Questionados sobre os conteúdos que consideram importantes no ensino da disciplina de Libras apenas três professores apresentaram a parte teórica e histórica – que envolve o conhecimento sobre a língua, definição, diferenças entre línguas orais e visuais, cultura surda, etc. – pontos importantes no ensino da Libras.

O professor 1 considera como a base a teoria, a história da educação dos surdos, a gramática e o contexto em sinais.

Já o professor 2 argumenta que o conteúdo depende de vários fatores como público-alvo e os objetivos, por exemplo. Este mesmo professor exemplifica que um curso básico para adultos ouvintes os conteúdos básicos poderiam ser: expressões faciais, descrição imagética (classificadores), uso do espaço, soletração rítmica, ordenação de sentenças e verbos.

O professor 3 argumenta que é importante trazer diálogos comuns no cotidiano e conhecimento sobre principais parâmetros de sinal (configuração de mão, movimento, locação, orientação e expressão facial-corporal).

Já o professor 4 que traz a teoria como elemento fundamental e apresenta os seguintes pontos: história de Libras, educação dos surdos; o que é Libras; sistema de transcrição em Libras; cultura surda, identidade surda e comunidade surda; tecnologia para surdos. Na parte prática apresenta como importante para o vocabulário: alfabeto manual; números; cores, família, frutas e verduras, e outros.



Por fim, o professor 5 considera importante iniciar pelo vocabulário e depois a parte da teoria. Os conteúdos importantes para ele são: Aprendizagem de Libras, Parâmetros da Configuração da Mão, Classificador, História da Educação dos Surdos, Identidade e Cultura, Legislação, Mitos, Pedagogia Surda, Comunidade Surda e Política Surda.

Apesar das diferenças entre as escolhas dos docentes nas opções teoria e prática, somente prática, e iniciando, primeiro, pela prática e depois, teoria, os conteúdos aqui apresentados pelos mesmos tornam-se pouco viáveis de serem apresentados apenas em um semestre.

Consideramos fundamental a inserção da teoria no ensino da língua de sinais para entender ela em seu contexto. É preciso entender que o ensino de Libras e sua história também é uma maneira de fazer conhecer a história de luta e opressão dos surdos. Nesse sentido:

Diferentemente de cursos de línguas orais, o contexto de LIBRAS imprime outras relações, outros movimentos; sendo o principal deles valer-se desse encontro nesse espaço potencialmente legítimo e de prestígio que é a sala de aula, um local para desconstruir mitos sobre os surdos, a surdez e a língua de sinais (GESSER, 2009 *apud* GESSER, 2012, p. 129).

Portanto, o ensino da teoria e da prática também ajuda a diminuir com muitos mitos sobre o surdo. Para isso os professores precisam ter uma formação necessária.

Sobre a formação acadêmica todos os professores possuem nível superior completo. Os professores 1, 2 e 4 possuem o PROLIBRAS (Proficiência em Libras), os professores 1, 2, 4 e 5 possuem pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*). No entanto, apesar dos avanços nos últimos anos com a criação de cursos de graduação específicos para o ensino e

tradução/interpretação de Libras, ainda há muito o que fazer. Muitos professores atuam sem formação ou com pouca formação.

Com relação aos alunos, os professores foram questionados sobre quais seriam as maiores dificuldades para o aluno ouvinte aprender Libras. Alguns elementos citados nas entrevistas foram: a dificuldade em aprender o vocabulário da Libras; as configurações de mãos; dificuldade em compreender a estrutura gramatical da Libras. Os professores relataram que é costume os alunos pensarem que a Libras deriva do Português; perceberem a dificuldade na modalidade espaço-visual. Emergiu também nas falas a falta de formação de alguns professores de Libras e a quase inexistência de materiais didáticos. Nesse sentido, o professor 3 aponta: “A maior dificuldade para aluno aprender Libras é compreender que as estruturas gramaticais entre Português e a Libras serem totalmente diferentes, por isso, em muitos casos, pensam que Libras é uma língua derivada da comunicação superficial e apoiada da língua majoritária (Português)”.

Esta última dificuldade também aparece na pesquisa de Gesser. A autora afirma que: “[...] há uma angústia provocada pela falta de materiais didáticos especializados, que possam assegurar um repertório e delineamento de ordenação do conteúdo linguístico que sirva como ‘norte’ de cursos mais avançados” (GESSER, 2012, p.123).

Até o presente momento apresentamos os relatos dos professores surdos, agora apresentaremos a visão dos alunos ouvintes sobre o contato com a Libras e com docentes surdos. Onde cada aluno tem um professor diferente mas dentro da mesma instituição de ensino. Questionados sobre a importância da Libras no ensino superior as respostas envolveram diferentes pontos de vista como: a necessidade dos profissionais inseridos no mercado de

trabalho de terem conhecimento da língua de sinais; de aprender uma língua oficial do país, de conhecer a comunidade surda; aumentar a qualidade de comunicação entre surdos e ouvintes. O ponto comum é saber que a Libras é a língua oficial da comunidade surda no Brasil e que precisa ser aprendida para estabelecer uma comunicação entre surdos e ouvintes.

Questionados sobre a mudança de professores na disciplina e de diferentes didáticas, os alunos 3 e 4 que responderam ao questionário tinham dificuldades com a troca de professores, foram os únicos a passar pela troca; os alunos 1 e 5 não passaram pela situação e, o aluno 2 vê de forma positiva a troca, para aprender de forma diferente. O aluno 3 aponta que: “Em geral não gosto, pois acho que compromete o ensino. Porém, se for necessário, fazer o quê”. Já o aluno 2, em sentido oposto:

Fico contente, pois sei que posso aprender com outros professores e perceber a diferença entre formas de sinalizar e jeitos de cada professor. Acho que um revezamento de professores é importante para que o aluno possa notar as diferenças didáticas e de identidade dos professores.

Quando perguntados sobre sua primeira reação ao ver um professor surdo, a maioria dos entrevistados apresentou reações positivas, alguns com medo de não saber como se comunicar com o professor surdo. No entanto, conforme a pesquisa de Gesser (2012, p.72) a mesma, relata este fato, sobre opiniões sobre os surdos: “[...] *como vou aprender com um surdo-mudo?* – dirigiu-se a mim uma senhora um tanto nervosa e meio perdida no seu primeiro dia de aula de Libras”. O preconceito e a forma de ver os surdos como deficientes, pessoas sem valor, incapazes, é muito comum, dentro e fora das salas de aula. Após algumas semanas de aula, a pesquisadora relata a mudança de opinião da mesma discente:

Audrei: Então, estás aprendendo com o professor surdo-mudo?
Eloísa: Nossa! Que vergonha! Temos muito preconceito mesmo, né? Queria dizer que estou adorando as aulas, o professor é ótimo. No início, tinha muito receio quanto ao curso, essa coisa de me comunicar com um surdo-mudo, mas agora vi que não é nada disso. Eu sou professora aposentada, sei como é lecionar, e nunca imaginei que eu teria aula com um deficiente auditivo. Estou muito satisfeita, mas ainda tenho dificuldades de falar com ele. Não domino bem os sinais e no apuro digo para alguém que sabe interpretar para mim. Vivendo e aprendendo, né? (GESSER, 2012, p. 72).

Essa fala mostra como os discursos sobre o surdo ainda são carregados de preconceito e informações equivocadas. Nota-se a presença marcante da ideia da deficiência. Por isso a sala de aula é um espaço importante.

A dinâmica da sala de aula, somada às leis e decretos podem auxiliar para mudar a realidade dos surdos e do status das línguas de sinais. Em virtude disso, perguntamos aos alunos, suas percepções, sobre as mudanças ocorridas na educação dos surdos com a Lei n. 10.436/2002 e o Decreto n. 5.626/2005. As respostas foram as seguintes:

Aluno 1: Sim. Proporcionou aos surdos poder mostrar que são capazes de ir além de sua dificuldade, que a surdez não os impede de serem professores ou terem qualquer outra profissão. Com a inclusão a vida dos surdos, não só na educação, como em tudo está se tornando mais fácil, e com o tempo tende a melhorar.

Aluno 2: Ainda conheço pouco sobre o assunto mas creio que o reconhecimento e a valorização da Libras ainda está em andamento. A Lei e o decreto são muito recentes mas acho que foi um ótimo passo na história para a Libras e veremos mais resultados efetivos com trabalho futuros pois sabemos que a luta por escolas bilíngues ainda é grande pela comunidade surda.

Aluno 3: Então... Acho que sim, já foi um passo imenso, só pela reconhecimento é uma vitória! A língua em si já é buscada por várias pessoas curiosas em aprender novas formas de comunicação. Essa troca de informação, diálogo entre ouvintes

e surdos já é um queda de padrão que tinha na sociedade. É um fato histórico maravilhoso, é uma expansão de conhecimento para os dois lados.

Aluno 4: Sim mudou pois assim todos os professores na área de magistério, pedagogia, fonoaudiologia tendem a aprender libras com isso os surdos tem um grande ganho na área da educação.

Aluno 5: Sim, com certeza. A Lei e o decreto puderem abrir outras portas e regulamentar o estudo de libras e o ensino para surdos. Ajudou para que possamos lutar pelos direitos dos surdos.

Pelas falas dos alunos é possível perceber que há uma visão positiva sobre mudanças e avanços legislativos, opinaram que estes fatos foram importantes para avançar e fazer conhecer a língua de sinais e a comunidade surda.

Além dos pontos apresentados aqui gostaríamos de trazer para a discussão outros dois pontos apresentados pelos alunos: o contato com os surdos e o conhecimento sobre a cultura surda. O contato com os surdos que tem a língua de sinais como língua materna é fundamental para aprofundar o conhecimento da Libras além de ajudar para que os alunos não esqueçam, já que a carga horária da disciplina é pouca.

O contato com a cultura surda, além de fazer com que o sujeito surdo seja conhecido e reconhecido na sua diferença, faz com que o aprendizado também melhore porque permite conhecer as diferenças linguísticas e culturais da Libras.

Buscamos apresentar nesta seção a partir das respostas dadas nos questionários de professores surdos e alunos ouvintes as principais problemáticas que envolvem o ambiente da sala de aula entre surdos e ouvintes.

Considerações Finais

Buscar subsídios na história de luta dos surdos, por direitos e pelo reconhecimento da língua de sinais no Brasil, os resultados dessas lutas através da Lei nº 10.436/02 e do Decreto 5.626/05 que reconhece a Libras como língua de sinais oficial da comunidade surda, além de estabelecer a Libras como uma disciplina obrigatória no ensino superior nos cursos de licenciatura e fonoaudiologia e optativa nos demais cursos, proporcionou refletirmos sobre a atualidade deste panorama.

Com isso buscamos analisar, a partir de questionários aplicados a professores surdos e alunos ouvintes, o contexto de eficiência e aplicabilidade destas medidas legislativas, bem como as relações pedagógicas no ensino da Libras.

Vimos que apesar dos avanços, ainda precisamos melhorar. Pontos como: carga horária, materiais didáticos, formação de professores são apenas alguns dos problemas apresentados. A criação do curso de Letras/Libras forma professores de Libras, é um dos pontos positivos, é um avanço. Mas as cargas horárias precisam ser repensadas, especialmente nos cursos ligados a educação e área da saúde, já que provavelmente situações de contato entre surdos e ouvintes acontecerão na vida profissional. As cargas horárias da disciplina de Libras devem ser mais extensas principalmente nas licenciaturas e pedagogias. Estes cursos pela referente pesquisa realizada atualmente, proporcionaria a Libras uma carga horária mais extensa onde a possibilidade de exercitar a prática e a teoria e ambas facilitar o aprendizado.

Os materiais didáticos também precisam melhorar, nos quesitos quantitativos e qualitativos, para isso consideramos importante que os professores de Libras, com formação busquem discutir, avaliar e propor



materiais didáticos que ajudem ouvintes a aprender Libras. Também deve-se repensar os cursos de formação de professores, bem como a participação e organização de encontros e seminários para debate sobre os avanços no ensino da Libras. A criação dos materiais didáticos deve mostrar aos alunos ouvintes os valores da cultura surda, a história da educação dos surdos, sistema de transcrição em Libras, biografias surdas, etc. Através de treino de diálogos, teatro, e vídeos em Libras, também, o uso de livros bilíngues, filmes, e a criação de site próprio das universidades com conteúdo em Libras.

A legislação atual apresentada e o foco do nosso estudo trata da obrigatoriedade do ensino da Libras nas instituições de ensino superior, no entanto muitas das lacunas apresentadas pelos sujeitos pesquisados tem relação com o desconhecimento linguístico da Língua de Sinais e da cultura surda, e estes poderiam ser minimizados, se esta língua fosse inserida nos currículos da educação básica, em instituições públicas e privadas. O aumento de cursos para formação de professores de Libras nas universidades públicas e privadas. Esta formação complementar poderia ser através de congressos, seminários em Libras, para debater as questões linguísticas e culturais da língua.

Futuramente, quando este discente ingressasse no ensino superior, poderia se pensar num espaço de aprofundamento da língua. Isso ajudaria a aprimorar o conhecimento linguístico, e contribuiria para sanar as barreiras existentes na comunicação entre surdos e ouvintes.



4. Referências

- AGRELLA, Regiane Pinheiro. ENTRE O SABER E O CONHECER A LÍNGUA: questões sobre a identidade e a subjetividade do aluno ouvinte estudante de libras. In: PERLIN, Gladis; STUMPF, Marianne (orgs.). Um olhar sobre nós surdos: leituras contemporâneas. 1 ed. Curitiba/PR: CRV, 2012.
- ALMEIDA, Josiane Junia Facundo de. LIBRAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: percepções dos alunos e da professora. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina: UEL, 2012.
- BRASIL. Decreto^{nº} 5.626, de 22 de Dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 09 de Novembro de 2013.
- BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 09 de Novembro de 2013.
- CAMPOS-GARCIA, Eduardo de. O que todo pedagogo precisa saber sobre Libras – Os principais aspectos e a importância da Língua Brasileira de Sinais. Salto, SP: Schoba, 2012.
- COSTA, Juliana Pellegrinelli Barbosa. A Educação do Surdo Ontem e Hoje – Posição Sujeito e Identidade. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Salamanca/Espanha: UNESCO, Ministério da Educação e Ciência da Espanha, 1994.
- GESSER, Audrei. O Ouvinte e a Surdez – Sobre Ensinar e Aprender a Libras. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- _____. “UM OLHO NO PROFESSOR SURDO E OUTRO NA CANETA”: OUVINTES APRENDENDO A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada – Instituto de Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 2006.
- KARNOPP, Lodenir Becker; QUADROS, Ronice Müller de. Língua de sinais brasileira – Estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MINAYO, M.C. de S. O Desafio do Conhecimento. São Paulo, Hucitec-Abrasco, 1992.
- REBOUÇAS, Larissa Silva. A PRIORIDADE DOS DOCENTES SURDOS PARA ENSINAR A DISCIPLINA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR APÓS O DECRETO 5.626/2005. Dissertação (Mestrado em Educação, Faculdade de Educação) – Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2009.
- SILVA, Vilmar. Educação de surdos: uma releitura da primeira escola Pública para surdos em Paris e do Congresso de Milão em 1880. In: QUADROS, Ronice Müller de. (Org.). Estudos Surdos I. Petrópolis/RJ: Editora Arara Azul, 2006.
- STROBEL, Karin. História da Educação de Surdos. Disponível em: <http://www.libras.ufsc.br/hiperlab/avalibras/moodle/file.php/82/webteca/Texto-base_Historia_Educacao_Surdos.pdf>. Acesso em: 07 de Novembro de 2013.



FEDERAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE SURDOS.
PROFESSOR DE LIBRAS. Disponível em:
http://www.feneis.org.br/page/professorlibras_historico_integra.asp. Acesso em: 09 de Novembro de 2014.

Identificação das Autoras



NAHLA YATIM

Mestra do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Especialista em Educação de Surdos: Aspectos Políticos, Culturais e Pedagógicos – Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC
Graduada em Letras/Libras – Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
E-mail: nahlayatim@gmail.com



JANAÍ DE ABREU PEREIRA

Possui Mestrado Acadêmico em Artes Visuais pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2013); especialização em Psicopedagogia, pela Faculdade Decisão (2007); graduação em Licenciatura em Educação Artística, com habilitação em artes plásticas pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2008) e graduação em Bacharelado em Artes Plásticas, com habilitação em pintura e gravura pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2002). Docente efetiva de artes visuais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IF-SC) do campus Palhoça Bilíngue (Libras/Português), atuando principalmente nas áreas: educação e arte, educação inclusiva, ensino de arte, educação na diversidade e na cidadania, relações étnico-raciais e educação de surdos. Atualmente é discente do Doutorado Acadêmico em Artes Visuais pela Universidade do Estado de Santa Catarina.

E-mail: janai.pereira@ifsc.edu.br

A APRENDIZAGEM DE LIBRAS COMO L2 NO ENSINO SUPERIOR

NAHLA YATIM
JANAÍ DE ABREU PEREIRA